

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.648 - SP (2019/0233949-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **THIERRY PHILLIPE SOUTO COSTA**
AGRAVANTE : **MICHELE TATIANE SOUTO COSTA MARQUES**
ADVOGADOS : **MICHELE TATIANE SOUTO COSTA MARQUES (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR036583**
THIERRY PHILLIPE SOUTO COSTA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - PR050668
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) - SP023134**
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
VIVIAN NICODEMOS AUGUSTO - SP259511
KLEBER FARIA SECATTO - SP279711
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688
INTERES. : **MAURICIO GALVAO DE ANDRADE**
ADVOGADO : **GUILHERME JUSTINO DANTAS - SP146724**
INTERES. : **WORK PLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS - EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADO : **MICHELE TATIANE SOUTO COSTA MARQUES E OUTRO(S) - PR036583**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO MEDIANTE APRECIÇÃO EQUITATIVA DO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DO ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. FIXAÇÃO COM BASE NO PROVEITO ECONÔMICO AUFERIDO PELA PARTE VENCEDORA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Banco do Brasil S.A. contra decisão que acolheu os embargos de declaração opostos por Work Plastic Indústria e Comércio de Plásticos - Eireli (em recuperação judicial) para fixar os honorários, em favor da empresa recuperanda, em 10% do proveito econômico, ou seja, o sobre o valor da cédula de crédito (R\$ 366.614.10 - trezentos e sessenta e seis mil, seiscentos e quatorze

Superior Tribunal de Justiça

reais e dez centavos) que a instituição financeira pretendia ver reconhecido como não sujeito aos efeitos da recuperação

A Primeira Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao agravo para fixar os honorários advocatícios em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 37-41):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO. PROVIMENTO PARCIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INSURGÊNCIA APENAS QUANTO AO VALOR. HIPÓTESE DE REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Os patronos da empresa recuperanda, Thierry Phillipe Souto Costa e Michele Tatiane Souto Costa Marques, interpueram recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando violação ao art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015.

Sustentaram, em síntese, que os honorários advocatícios devem ser fixados com base no valor do proveito econômico obtido, sendo inviável, no caso, seu arbitramento mediante a equidade.

Contrarrazões às fls. 96-101 (e-STJ).

A Corte estadual negou seguimento ao recurso sob os fundamentos de incidência da Súmula n. 7 do STJ e de não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Irresignados, os advogados apresentam agravo refutando os óbices apontados pelo Tribunal *a quo*.

Contraminuta apresentada às fls. 120-124 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

A Segunda Seção do STJ firmou o entendimento de que o juízo de equidade na fixação dos honorários advocatícios somente pode ser utilizado de forma subsidiária, quando não presente qualquer hipótese prevista no § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Assinala-se que o CPC/2015 tornou a fixação dos honorários sucumbenciais mais objetiva, de modo que deverá ser adotado uma ordem de preferência, qual seja, o valor

da condenação, quando esta estiver presente, o valor do proveito econômico obtido pelo vencedor, quando este puder ser constatado, ou o valor atualizado da causa. Assim, somente quando inviável a aplicação de algum desses parâmetros é que a verba sucumbencial será arbitrada segundo a apreciação equitativa do Magistrado.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no

Superior Tribunal de Justiça

patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp n. 1.746.072/PR, Relatora a Ministra Nancy Andri ghi, Relator para o acórdão Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019)

No caso dos autos, o Magistrado de primeiro grau acolheu os embargos de declaração opostos por Work Plastic Indústria e Comércio de Plásticos - Eireli (em recuperação judicial), para constar na sentença proferida em impugnação de crédito apresentada pelo Banco do Brasil S.A. a fixação de honorários de sucumbência, nos seguintes termos:

Ante a patente litigiosidade existente na presente impugnação, e necessária aplicação do princípio da causalidade, considerando que a impugnante sucumbiu em relação ao pedido de exclusão do crédito dos efeitos da recuperação e não houve resistência pela recuperanda quanto ao pedido de retificação do crédito, responde a impugnante por honorários, os quais fixo em 10% do proveito econômico, ou seja, valor da cédula de crédito que pretendia ver reconhecido como não sujeito aos efeitos da recuperação (CCB n. 334.802.747).

O Tribunal estadual, por sua vez, deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela instituição financeira para fixar os honorários advocatícios em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015.

Com efeito, constata-se que, na hipótese, a fixação dos honorários mediante apreciação equitativa não deve prevalecer, pois é possível verificar o proveito econômico auferido pela empresa recuperanda, de modo que os honorários sucumbenciais deverão observá-lo.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO

Superior Tribunal de Justiça

DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVADO.

1. Nos termos do entendimento jurisprudencial adotado por este Superior Tribunal de Justiça, é impositiva a condenação em honorários de sucumbência quando apresentada impugnação ao pedido de habilitação de crédito em sede de recuperação judicial ou falência, haja vista a litigiosidade da demanda.

2. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça assentou o entendimento de que os honorários advocatícios só podem ser fixados com base na equidade de forma subsidiária, quando não for possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa (REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.496.551/RS, Relator o Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21/10/2019, DJe 23/10/2019)

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de restabelecer a decisão agravada no tocante à fixação dos honorários sucumbenciais, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator